

EUROPA

SÓCRATES COLOCA EUROPA NA CAMPANHA PARA AS LEGISLATIVAS

A aplicação da Estratégia de Lisboa, a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento e as perspectivas financeiras do próximo Quadro Comunitário de Apoio, foram os principais temas que o secretário-geral do PS, José Sócrates, abordou no seu périplo europeu, com encontros com o chanceler alemão Gerhard Schroeder, com o primeiro-ministro espanhol, José Luis Zapatero, com o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso e com o Grupo Socialista do Parlamento Europeu.

Com este conjunto de encontros, a campanha eleitoral de José Sócrates ganhou uma dimensão europeia, dando ao mesmo tempo um sinal forte do empenho do PS no reforço e aprofundamento do projecto europeu.

O encontro com o chanceler alemão ocorreu na Chancelaria Federal, onde Schroeder apenas dá audiências na qualidade de chefe de Governo. O chanceler manifestou a sua satisfação por receber José Sócrates e sublinhou as "óptimas relações" entre Portugal e a Alemanha, bem como entre o SPD e o PS, "iniciadas por Mário Soares e prosseguidas com António Guterres". "Tenho a certeza de que com José Sócrates também haverá boa cooperação", disse.

O secretário-geral do PS, por sua vez, revelou que falou com Schroeder sobre as perspectivas financeiras e sobre a necessidade de não ser esquecida a coesão em toda a Europa, como factor fundamental da construção política do espaço comunitário. "É muito importante mantermos esta ligação com o Governo alemão, em ordem a trabalhar para que possamos ter pontos de vista comuns na aproximação a estes problemas", sublinhou José Sócrates.

No Palácio da Moncloa, José Sócrates encontrou-se com o primeiro-ministro espanhol, José Luis Zapatero, onde a agenda europeia e as relações económicas entre os dois países foram os temas em destaque.

"Expus o ponto de vista do PS de que a revisão do PEC deveria fazer-se privilegiando o crescimento e o emprego, não esquecendo a ligação à Agenda de Lisboa", disse José Sócrates, sublinhando "a coincidência de pontos de vista" na conversa com Zapatero.

Os dois líderes socialistas falaram também do referendo à Constituição Europeia, que em Espanha se realiza a 20 de Fevereiro, o mesmo dia em que se efectuam em Portugal as eleições legislativas.

Na sua deslocação a Bruxelas para encontros com o presidente da Comissão Europeia e com o Grupo Socialista, o secretário-geral do PS afirmou que irá proceder a uma auditoria das finanças



públicas para apurar o valor real do défice, mas recusa fazer um discurso que dramatize os resultados e retire a confiança aos portugueses e aos agentes económicos, do género do que fez a coligação PSD/PP quando insistiu que o país "estava de tanga". Já no encontro com o Grupo Socialista do Parlamento Europeu, José Sócrates aproveitou para criticar Durão Barroso por ter descoberto a Estratégia de Lisboa apenas quando chegou a presidente da Comissão Europeia. "Portugal andou a arrastar os

pés, com políticas públicas negativas em matéria de conhecimento, educação, ciência e cultura", afirmou.

O presidente do Grupo Socialista, Martin Schultz, que foi um dos oradores na Convenção "Novas Fronteiras" para apresentação do programa de Governo do PS, elogiou a grande energia de José Sócrates e o projecto de modernização para Portugal. "Durão Barroso e Santana Lopes já fizeram o seu tempo, agora é preciso que sejas tu o primeiro-ministro de Portugal", disse.



A Europa vista de Portugal

Auschwitz nunca mais

Na semana em que ocorreram as comemorações da libertação de Auschwitz, encontrava-me em Estrasburgo, a participar na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

Fundado no pós-guerra, o Conselho da Europa pretendia ser para o mundo dos direitos humanos, o que a então CECA e CEE era para o mundo da economia e do mercado comum.

O Conselho da Europa continua a desempenhar essa missão agora, e felizmente, em sobreposição com a U.E. a partir do momento em que a cidadania europeia e os direitos fundamentais do cidadão europeu, ganham um estatuto constitucional na nova Constituição para a Europa.

Mas o Conselho continua a ser lugar privilegiado do aprofundamento dos direitos fundamentais no alargado espaço europeu, constituído por quarenta e cinco países, e extravasando assim do contexto da União, tendo-se afirmado como lugar de diálogo e supervisão do "estado dos direitos" em todos os países membros.

A adesão da União à Convenção Europeia dos Direitos do Homem e naturalmente ao acervo de jurisprudência do tribunal de Estrasburgo é ela própria um dado fundamental para o enriquecimento do estatuto da cidadania na Europa.

É assim natural que em Estrasburgo, tenha tido relevo especial a comemoração da libertação do campo da morte, lugar negro do horror, do sofrimento e do ódio, silenciado durante tantos anos mas que surge agora como grito da consciência europeia, face à negação absoluta do valor do Homem, e ao espezinhar dos direitos fundamentais à vida e à dignidade.

A construção da identidade europeia fez-se também, e sobretudo, nesse processo de libertação do continente dos totalitarismos assassinos que ensanguentaram o Século XX. Auschwitz nunca mais; Ódio racial, discriminação e perseguição, loucura criminosa contra raças, "inimigos"; "impuros" e deficientes; câmaras de gás e fornos crematórios, fazem parte da memória recente da Europa e não podem dela ser apagados.

Executores e vítimas fizeram história europeia. Os *ghetos*; as marchas forçadas dos sobreviventes; e a brutalidade dos carrascos; as imagens dos "campos" e o fechar de olhos de muitos a tudo isso, são avisos e sinais que despertam para a consciência dos valores europeus. E os valores europeus da "dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de Direito, e do respeito pelos direitos humanos", são hoje o fundamento das nossas sociedades que se querem "pluralistas, tolerantes, justas, solidárias e sem discriminação", seja de que tipo for (artº 2º da Constituição para a Europa). Sociedades que são a negação da negação totalitária de Auschwitz e que assentam em boa parte na nossa memória do lado negro da história europeia.

Muitos dos países que aderiram em 2004 à União Europeia foram especialmente atingidos pela perseguição e extermínio – a Polónia, a antiga Checoslováquia, a Hungria, a Lituânia, viram as suas comunidades judaicas dizimadas. O seu regresso à "casa comum da Europa" é por isso também especialmente significativo depois dos "anos de chumbo" do domínio soviético. E fez-se inicialmente, depois da queda do muro, pela adesão ao Conselho da Europa, que contribuiu decisivamente para a construção do Estado de Direito e da Democracia, no leste europeu. O Plenário da Assembleia Parlamentar ouviu em silêncio comovido o testemunho dum sobrevivente dos campos de morte nazis.

No átrio grande do Palácio da Europa encontrava-se uma exposição de fotografias de judeus húngaros deportados para Auschwitz – Birkennau. Homens, mulheres e crianças, aguardando a morte. Entre elas uma menina, talvez com 4-5 anos, olhando com um misto de espanto e medo, a câmara. Fiquei muito tempo a olhá-la. Ela pertencia à minha geração. Deve ter nascido no ano negro da guerra (1939).

Eu vivia, nessa altura, uma infância tranquila longe do horror; ela com esse espanto e medo aguardava um destino cruelmente imposto pelo ódio racial. Nunca mais esquecerei o olhar dessa menina. Ela faz parte da minha consciência de europeu. A Europa que eu quero é uma Europa que não esqueça. Essa memória faz parte de nós e ajuda-nos a construir e a lutar por sociedades mais justas, mais iguais, sem intolerância, sem ódio racial, sem discriminação.



José Vera Jardim

ENTREVISTA A EMANUEL JARDIM FERNANDES

SÓCRATES PARTILHA PREOCUPAÇÕES DAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS

As regiões ultraperiféricas sairão beneficiadas com a aprovação da Constituição Europeia, afirma o deputado Emanuel Jardim Fernandes em entrevista ao suplemento "Europa", manifestando também o seu optimismo quanto às próximas perspectivas financeiras para as regiões autónomas da Madeira e dos Açores. O deputado sublinha o apoio dado à defesa dos interesses das ultraperiferias pelo Secretário-Geral do PS, José Sócrates, na recente deslocação a Bruxelas e crítica o modelo que o PSD adoptou na Madeira, que endeusou o betão em detrimento da qualificação das pessoas e das preocupações sociais e ambientais.

Qual tem sido o contributo do Parlamento Europeu para a defesa das regiões ultraperiféricas (RUP)?

Haverá que referir e recordar, antes de mais, no que respeita a vantagens, o facto de Portugal ter tomado a decisão de ser membro da então CEE, visão estratégica e corajosa de Mário Soares, que desencadeou o processo que veio a ter a aprovação generalizada dos portugueses.

O PE, como as demais Instituições Europeias, teve um papel importante na defesa dos interesses das RUP, ao iniciar e consolidar um processo de análise e de decisão que contemplou as suas especificidades na definição e execução de políticas, bem como na criação dos necessários suportes financeiros.

São alguns exemplos dessas vantagens, sobretudo, a partir da Presidência Delors, os meios consagrados no âmbito de política de coesão, no apoio à agricultura, às pescas.

A sensibilidade do PE, impulsionada pelo Grupo (informal) de deputados das RUP, de que agora sou coordenador, é essencial para dar continuidade a este trabalho.

Em que medida a futura Constituição europeia, se for aprovada, é importante para as regiões ultraperiféricas?

As vantagens consagradas para as RUP, com outras, como a viabilização de maior operacionalidade das instituições e órgãos da União Europeia, da personalidade jurídica única, do reforço dos direitos da cidadania europeia, da integração da Carta dos Direitos Fundamentais, são algumas das vantagens que justificam o empenho na ratificação do Tratado Constitucional e do referendo que realizaremos em Portugal. As Regiões Ultraperiféricas viram constitucionalizado o seu estatuto, que lhes dá o direito de defenderem um tratamento específico, na definição de programas e políticas comunitárias.

Os interesses das regiões autónomas da Madeira e dos Açores estão salvaguardados no próximo QCA, a vigorar após 2007?

Salvaguardados não estão, de forma alguma. O processo ainda decorre, embora a Presidência luxemburguesa esteja muito empenhada em o concluir até Junho.

A proposta da Comissão Europeia justifica mantermos uma expectativa positiva e ânimo para, com determinação, a defendermos, face às tentativas de redução do valor global das Perspectivas Financeiras para 2007/2013 e de não consolidar uma proposta autónoma, para as RUP.

O empenho dos deputados das RUP e a sensibilização dos demais



parlamentares e dos Governos dos Estados Membros é o próximo desafio. Contamos com o contributo do novo Governo que, esperamos seja do PS e do Eng.º José Sócrates no próximo dia 20, na sequência do apoio que manifestou àqueles deputados, bem como dos países europeus produtores de banana e representantes dos Governos e Regiões e da Associação Europeia de Produtores de Banana, reunidos para analisar a problemática da produção europeia de bananas, no dia em que o Secretário-Geral esteve em Bruxelas, para contactos com os Presidentes do PE e da Comissão e com a Comunidade Portuguesa.

Com um rendimento de 86 por cento da média comunitária, a Madeira sai das regiões de Objectivo 1. Esta riqueza aparente não esconde outras fragilidades de desenvolvimento da região?

Embora se venha a verificar a saída do Objectivo 1, a Madeira deverá continuar a ser elegível para a futura política de coesão, a título quer do objectivo da competitividade regional (actual Objectivo 2), quer do objectivo de cooperação territorial europeia.

O PIB da Madeira não corresponde à economia real da Região, das suas empresas e dos seus cidadãos. Há efeitos contabilísticos sem correspondência na economia real.

Há muitas respostas para dar solução aos problemas do desenvolvimento da Região que implica esforço de investimento na área do ambiente, da qualificação dos madeirenses e no plano social. O modelo que o PSD adoptou na Madeira com o endeusamento do betão e desprezo pela necessária e simultânea resposta na componente social, ambiental e na qualificação das pessoas tem de ser mudado. É necessário pôr em marcha uma nova estratégia para o crescimento, com preocupação social, ambiental e com mais e melhor emprego, o que pode ser viabilizado com as potencialidades abertas com a nova dinâmica na implementação da Estratégia de Lisboa, reforçada com o desejável e maior envolvimento da UE, dos Estados Membros, das Regiões, dos Parceiros Sociais, das Universidades e de outras Instituições da Sociedade Civil.

Aumentar o investimento e melhorar as políticas na educação, formação, na ciência, nas novas tecnologias, no empreendedorismo, na preservação e melhoria da qualidade ambiental e no modelo social, constituirá uma prioridade nas políticas, que os socialistas, para promover a mudança, irão desenvolver com vista a melhorar o emprego e a competitividade essenciais ao desenvolvimento Regional.

CASACA QUER RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO A FRAUDE COM MANTEIGA ADULTERADA

Em que ponto se encontram as investigações em torno de uma mega-fraude de adulteração de manteiga que lesou em mais de uma centena de milhões de euros o orçamento comunitário, é o que pretende saber o deputado Paulo Casaca, que na semana passada dirigiu à Comissão e ao Conselho um conjunto de perguntas na sua qualidade de coordenador do Grupo do PSE na Comissão do Controlo Orçamental do Parlamento Europeu.

De acordo com Paulo Casaca, seis anos após a descoberta em Itália de uma rede alargada a outros países europeus, como França, Bélgica e Alemanha, que se dedicava ao fabrico de manteiga adulterada recebendo avultados subsídios comunitários, não existe ainda nenhum acusação por parte daqueles países nem foi dada

qualquer explicação sobre quando poderá a União Europeia recuperar esse dinheiro.

O deputado apelou aos Estados-membros envolvidos neste escândalo para cooperarem mais efectivamente com o Organismo Europeu de Luta Anti-Fraude (OLAF) e criticou a Comissão Europeia por não agir judicialmente, na qualidade de lesada, neste ou em quaisquer outros casos que envolvam o uso indevido de verbas da União Europeia ou que atentem contra a saúde pública. Para Paulo Casaca, "não é compreensível que se demore mais de quatro anos a recuperar dinheiro utilizado de modo fraudulento, enquanto que no caso de pequenos agricultores que não cumprem meras formalidades administrativas, a sanção seja imediata".

DOCUMENTO DO GRUPO SOCIALISTA

ESTRATÉGIA DE LISBOA AO SERVIÇO DE UMA EUROPA DE EXCELÊNCIA

Desbloquear o potencial produtivo, criar instrumentos eficazes para aplicar as políticas da União Europeia, designadamente os objectivos da Estratégia de Lisboa e implementar políticas de excelência a nível social, económico e ambiental, são os três eixos fundamentais de um documento que pretende dar um novo impulso à Estratégia de Lisboa, aprovado e divulgado em Janeiro pelo Grupo Socialista. Designado "Uma Europa de Excelência – a Estratégia de Lisboa: passar das intenções aos resultados" (a que se fez referência na última edição do suplemento "Europa"), o documento apresenta um conjunto de propostas naqueles três domínios, para que os objectivos da Estratégia de Lisboa possam realmente ser o motor do desenvolvimento da União Europeia.

No âmbito do primeiro eixo, "Desbloquear o nosso potencial produtivo", considera-se fundamental que haja um enquadramento macroeconómico adequado para que a Estratégia de Lisboa possa atingir os seus objectivos de tornar a União Europeia no espaço regional mais competitivo do mundo baseado no conhecimento. Assim, e tendo como pressuposto que o investimento público e privado na última década não foi suficiente para promover os níveis de crescimento desejáveis, isto é, ao nível dos Estados Unidos da América, torna-se necessário fazer uma correção que, por um lado, promova a procura interna no espaço europeu e, por outro, oriente a despesa pública para os objectivos da Agenda de Lisboa. Neste contexto, torna-se indispensável reformar o Pacto de Estabilidade e Crescimento, no sentido em que as despesas de investimento sejam separadas das despesas correntes. Assim, os socialistas europeus defendem que não devem ser consideradas para o défice as despesas de investimento que se destinem à educação, investigação e desenvolvimento, transportes e infraestruturas de comunicação e energias renováveis. Uma governação económica mais coerente, uma política europeia de investimentos e a reforma do orçamento comunitário orientada para os objectivos da Estratégia de Lisboa são elementos chave para o sucesso das políticas da União Europeia.

O segundo eixo, "Implementação, pertença e democracia", incide na necessidade de redefinir os objectivos da Estratégia de Lisboa e simplificar os seus instrumentos de implementação, envolvendo neste processo os principais agentes políticos, económicos e sociais. Neste sentido, uma colaboração mais intensa entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu, bem como a adopção da Agenda de Lisboa pelos governos de cada Estado-membro, constituem impulsos decisivos para se atingirem os objectivos pretendidos. A implementação da Agenda de Lisboa exige também uma orientação mais eficaz a nível europeu.

Políticas de excelência

O terceiro eixo, "Políticas de excelência", defende uma aposta decidida no investimento em políticas económicas, sociais e ambientais que possam fazer da União Europeia um espaço de excelência a nível mundial e os europeus possam viver com melhor qualidade de vida e maior progresso.

É neste contexto que a "excelência social" é igualmente considerada uma fonte de competitividade, na medida em que assenta numa força de trabalho com elevados níveis de formação e de educação,



a par de direitos que garantam aos trabalhadores segurança e elevados níveis de protecção social.

É assim necessário promover um conjunto de políticas activas que se centrem numa transição rápida entre empregos, na promoção da igualdade de oportunidades entre géneros, na formação ao longo da vida e na melhoria da coordenação para a protecção social.

Também a aposta na economia do conhecimento constitui uma fonte de excelência para a União Europeia. Neste domínio, é fundamental aumentar o investimento público na sociedade do conhecimento, constituindo a educação um ingrediente essencial para um desenvolvimento sustentado: "Aumentar um ano os níveis médios de educação representa um aumento de 5 por cento na produtividade e crescimento no curto e médio prazo e 2,5 por cento no longo prazo", afirma o documento.

O investimento na ciência e inovação para a economia do conhecimento é outros dos aspectos decisivos para que a União Europeia atinja os seus objectivos de crescimento com base na excelência.

"A União necessita urgentemente de mais pessoas que optem pela investigação e os investigadores precisam de incentivos para permanecerem na Europa. Precisamos de 700.000 novos investigadores até 2010", afirma-se.

A outra vertente deste eixo é a excelência ambiental como fonte de competitividade. Neste sentido, o documento do Grupo Socialista afirma que, no espírito das estratégias de Lisboa e de Goteborg, a União Europeia precisa de ter políticas equilibradas. "A política ambiental pode acrescentar competitividade e pode ser compatível com o crescimento e o emprego. Um modelo de desenvolvimento europeu baseado numa utilização responsável dos recursos naturais e em melhores tecnologias ambientais fornecerá a base para um desenvolvimento a longo termo que será benéfico para as gerações futuras".

Como afirma a deputada Elisa Ferreira numa proposta que foi adoptada no documento, "a Estratégia é complexa e representa um grande desafio, mas a visão que tem para a Europa, para uma economia dinâmica e uma boa sociedade, é a mais correcta e a única que se constrói e vai ao encontro das potencialidades e expectativas dos europeus".

Visto de Bruxelas

Estratégia de Lisboa: começar de novo?



Manuel dos Santos

A Comissão Europeia acaba de reconhecer que os objectivos fixados pela Estratégia de Lisboa são, neste momento, inalcançáveis. Para esta "confissão" muito contribuiu o relatório intercalar, elaborado por um grupo de especialistas, presidido pelo ex-primeiro ministro holandês Wim Kok. O Presidente Barroso apresentou, esta semana, a comunicação da Comissão que será discutida no Conselho Europeu da Primavera onde se formalizará a nova aposta estratégica da União.

Embora acentuando que o espírito inicial de Lisboa não será alterado, é indiscutível que se propõe agora uma significativa alteração dos métodos e das políticas.

Os grandes objectivos apresentados são o crescimento económico (uma taxa sustentada de 3% até 2010) e o emprego (6 milhões de novos postos de trabalho durante o mesmo período). O "segredo" para concretizar estes desígnios dependerá, no entanto, do êxito da parceria proposta, aos Estados Membros, para a renovação europeia. Isto significa que, mais do que no passado recente, boa parte da responsabilidade do êxito da Estratégia de Lisboa passa pela vontade política de cada um dos actuais membros da União.

A Europa está perante uma alteração significativa da sua estratégia de crescimento que, no limite, pode conduzir a uma profunda alteração da sua natureza. Acresce que, esta alteração estratégica coincide com a discussão das perspectivas financeiras para o período 2007-2013 e com a vontade manifestada pelos Estados mais poderosos da União para reduzir os recursos financeiros disponíveis e reorientá-los para a competitividade em desfavor da coesão.

Uma eventual deriva liberal, que possa prejudicar as regiões menos favorecidas da Europa, é inaceitável, à luz do Tratado da União, pois a coesão económica e social assume, aí, uma prioridade absoluta colocada ao nível do crescimento e do emprego. Não é, deste modo, muito fácil a tarefa que espera a recente Comissão Europeia, sendo esta uma boa oportunidade para fazer a prova definitiva da sua competência e da sua independência.

A reacção de alguns países ao conteúdo da Directiva Serviços e da Directiva Reach, que estão, neste momento, em discussão, constitui um sinal significativo da dificuldade em proceder à ampliação e funcionamento do mercado interno, que são condições indispensáveis ao êxito desta Nova Estratégia.

Registe-se que a Directiva Serviços regulamentará um sector de mercado responsável por 70% da actividade económica da União e 20% das trocas intra-comunitárias, e que a Directiva Reach obrigará, no futuro, a um registo rigoroso de todas as substâncias químicas utilizadas no processo produtivo, o que colocará problemas complexos no equilíbrio dos interesses dos sectores em presença. A força política da Comissão Europeia é condição indispensável para superar estas e outras dificuldades.

Ora a lição a retirar do relativo fracasso da Estratégia de Lisboa é a de que tal resultado do excessivo egoísmo dos Estados Membros e da ineficácia da autoridade da Comissão. O êxito da nova estratégia depende, portanto, da capacidade política que uns (Estados Membros) e outra (Comissão Europeia) tenham para encontrar a ambição e a ousadia indispensáveis para a construção de uma Europa melhor.

CONTACTOS DOS DEPUTADOS:

www.partido-socialista.net/pspe - Página dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu

António Costa - Presidente da Delegação Socialista; Vice-presidente do Parlamento Europeu; Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos; Mercado Interno e Protecção dos Consumidores

Ana Gomes - Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão de Segurança e Defesa (vice-presidente) Desenvolvimento; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros

Capoulas Santos - Comissão da Agricultura; Comissão das Pescas; Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Edite Estrela - Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (1ª vice-presidente); Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Elisa Ferreira - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão do Comércio Internacional

Emanuel Jardim Fernandes - Comissão dos Transportes e Turismo; Comissão do Desenvolvimento Regional

Fausto Correia - Comissão do Emprego e Assuntos Sociais; Comissão dos Transportes e Turismo

Francisco Assis - Comissão do Comércio Internacional; Comissão dos Assuntos

Externos; Sub-Comissão dos Direitos do Homem

Jamília Madeira - Comissão do Desenvolvimento Regional; Comissão do Emprego e Assuntos Sociais

Manuel dos Santos - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão da Indústria, Investigação e Energia; Controlo Orçamental

Paulo Casaca - Comissão do Controlo Orçamental (Coordenador do Grupo Socialista); Comissão dos Orçamentos; Comissão das Pescas

Sérgio Sousa Pinto - Comissão dos Assuntos Constitucionais; Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos

ENDEREÇOS ÚTEIS

www.socialistgroup.org - Página do Grupo Socialista no Parlamento Europeu

www.pes.org - Página do Partido Socialista Europeu

www.socialistinternational.org - Página da Internacional Socialista

www.ps.pt - Página do Partido Socialista

www.europarl.eu.int - Página do Parlamento Europeu

www.europa.eu.int - Portal da União Europeia

FICHA TÉCNICA

Edição Grupo Parlamentar do PS no Parlamento Europeu

Editor Paulo Pisco

Paginação Francisco Sandoval

Periodicidade Mensal

Tel. 213 822 000

Fax. 213 822 037

Email ppisco@ps.pt

Endereço Acção Socialista – Largo do Rato nº 2, 1269-123 Lisboa

Eurosíntese

O FUTURO DO SECTOR TÊXTIL

"O futuro do sector têxtil e do vestuário após 2005", é o tema do relatório atribuído ao deputado Francisco Assis, através do qual se pretende delinear um quadro que permita encontrar soluções para enfrentar melhor o embate provocado pela liberalização do sector, em vigor desde 1 de Janeiro passado. O relatório irá apresentar propostas no âmbito da qualificação, inovação, formação e investigação no sector têxtil, bem como facilidades para as PME, apoio à criação de um amplo mercado têxtil euro-mediterrânico e sobre a acção fiscalizadora da Comissão Europeia no quadro da Organização Mundial do Comércio. Francisco Assis será também o autor de um parecer sobre a adopção de medidas específicas para a agricultura nas regiões ultraperiféricas.

CENTRO DO FOGO PARA PROTEGER FLORESTA

Criar um "Centro de Estudos da Ecologia, do Fogo e da Gestão Pós Fogo", foi a proposta apresentada pela deputada Jamila Madeira numa conferência promovida pela Comissão Europeia sobre "Fogos na Floresta no Sul da Europa - Da Prevenção à restauração". Para a deputada, a criação daquele centro é a melhor forma de proteger as florestas e o ambiente, devido à possibilidade de assim se poder efectuar uma perfeita interacção entre organizações nacionais e europeias, cruzando conhecimentos científicos e técnicos. Jamila Madeira alertou para o grave problema social, económico e ambiental que resultou dos sobrelhos queimados pelos incêndios do Verão passado na Serra do Caldeirão e referiu a necessidade de se impulsionar o repovoamento das zonas fustigadas numa perspectiva associativa.

SEGURANÇA ALIMENTAR PARA CRIANÇAS

Que tipo de medidas está a preparar ou tenciona propor a Comissão Europeia tendo em vista melhorar os padrões europeus de segurança alimentar ao nível da protecção infantil, é o que pretende saber o deputado Fausto Correia, numa pergunta escrita dirigida ao Executivo comunitário. O deputado alerta para a existência de estudos que dão conta do aumento de acidentes em diversos países da União Europeia, alguns deles mortais, provocados por brinquedos e brindes que são oferecidos em ovos de chocolate, aperitivos, cereais e outros produtos alimentares. Neste sentido, no âmbito da segurança alimentar, Fausto Correia considera que esta preocupação deve constituir uma das prioridades da União Europeia. Os deputados Capoulas Santos, Edite Estrela e Paulo Casaca subscreveram igualmente esta pergunta à Comissão.

O GÉNERO NA ESTRATÉGIA DE LISBOA

É necessário que a dimensão do género esteja cada vez mais presente em todas as políticas que visem concretizar a Estratégia de Lisboa, tanto a nível nacional como europeu, considerou a deputada Edite Estrela no âmbito de uma audição pública que discutiu esta problemática. Edite Estrela, vice-presidente da Comissão Parlamentar dos Direitos do Mulher e relatora do Parlamento Europeu para este tema, considera que há ainda um longo caminho a percorrer no que respeita à igualdade de direitos e de oportunidades no quadro dos objectivos da Estratégia de Lisboa. Entre as presentes esteve Maria do Céu Cunha Rego, ex-secretária de Estado para a Igualdade, que propôs a criação de um indicador para medir o impacto da dimensão do género nas medidas que concretizem a Estratégia de Lisboa.

PAZ ISRAELO-PALESTINIANA

As perspectivas de paz entre Israel e a Palestina após as eleições presidenciais neste país, foi o tema de uma audição organizada pela deputada Ana Gomes em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento. A audição teve como principal orador, pelo lado de Israel, Daniel Levy, co-redactor da "Iniciativa de Genebra" e, do lado palestino, por várias individualidades, entre as quais o recém-eleito Presidente Abu Mazen. De referir, noutro âmbito, que a Sub-Comissão de Segurança e Defesa discutiu, por proposta de Ana Gomes, o relatório "Uma doutrina de Segurança Humana para a Europa", apresentado por três dos seus co-autores: Narcis Serra, ex-ministro da Defesa de Felipe Gonzalez, e por dois catadóricos da London School of Economics, Mary Kaldor e Christine Chinkin.

ANTÓNIO COSTA

PARLAMENTO EUROPEU VAI ADOPTAR CARTA DE QUALIDADE DA JUSTIÇA

O Parlamento Europeu vai adoptar na próxima sessão plenária o relatório que institui uma "Carta de qualidade da Justiça Penal", do deputado António Costa, presidente da Delegação Socialista Portuguesa e vice-presidente do PE. Trata-se de um passo inovador, que vai permitir aos cidadãos europeus, independentemente do país comunitário em que se encontrem, de usufruírem de sistemas judiciais dotados de elevados padrões de qualidade e com um direito à justiça em condições comparáveis.

O direito à justiça para cidadãos comunitários consagrado no relatório, na senda do estabelecido na Carta dos Direitos Fundamentais e na Convenção Europeia dos Direitos do Homem, abarca o direito a um recurso efectivo, ao acesso a um tribunal imparcial, a um processo equitativo, a ser julgado num prazo razoável e o acesso a apoio judiciário. Inclui ainda o respeito integral dos direitos fundamentais das pessoas suspeitas antes do início de um processo penal e o direito a um tratamento digno e humano das pessoas condenadas.

António Costa propõe no seu relatório que a Carta contenha uma declaração de princípios que permita a avaliação do funcionamento dos sistemas judiciais da União Europeia, tendo como base um quadro de referência comum que permita o efectivo reforço da confiança mútua entre Estados-membros em matéria judicial. Para isso, é necessário reunir todos os elementos úteis dos diferentes sistemas judiciais, designadamente os que se referem ao respeito do princípio da independência da justiça, à aplicação das normas em matéria de processos equitativos ou ainda ao desenrolar do processo penal, incluindo as condições de execução das penas. O relatório refere que o mecanismo de avaliação mútua proposto é totalmente compatível com o respeito da independência do poder judicial, na medida em que visa exclusivamente a promoção das boas práticas judiciais em toda a União Europeia.

"Esta cultura da avaliação recíproca contribuirá para reforçar a solidariedade entre os Estados-membros e permitirá detectar as discrepâncias entre os sistemas judiciais nacionais, de forma a assegurar que todos os cidadãos beneficiem de padrões de



qualidade idênticos", afirma o relatório.

O relatório foi aprovado na semana passada por largo consenso na Comissão das Liberdades Cívicas do PE e depois de uma audição que juntou representantes de instituições nacionais e europeias, profissionais do Direito e Organizações Não Governamentais com o objectivo de discutir os caminhos a seguir para que a União Europeia tenha uma Justiça de maior qualidade. Durante a discussão do relatório na Comissão das Liberdades Cívicas, o comissário responsável pela pasta da Justiça e Assuntos Internos, Franco Frattini, comprometeu-se a apresentar uma comunicação sobre a avaliação da qualidade da Justiça até final do ano, bem como novas propostas legislativas neste domínio até 2006.

PAULO CASACA E CAPOULAS SANTOS

DEPUTADOS PEDEM À COMISSÃO MEDIDAS ESPECIAIS DE COMBATE À SECA

Aquela que é já considerada a pior seca registada em Portugal no mês de Janeiro nos últimos cem anos, foi motivo de um alerta veemente por parte dos deputados Paulo Casaca e Capoulas Santos, que dirigiram, respectivamente, cartas ao presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, e à comissária responsável pelo Agricultura, Marian Fischer Boel, chamando a atenção para a necessidade de serem implementadas medidas especiais para combater as consequências da seca a nível da pecuária, das culturas e de apoio aos agricultores.

Falando na qualidade de presidente do Intergupo do Parlamento Europeu para o Bem Estar Animal e a Conservação da Natureza, Paulo Casaca chama a atenção do presidente da Comissão Europeia para "as condições precárias e a crescente mortalidade de ovinos, bovinos e suínos que são criados em pecuária extensiva na margem esquerda do Guadiana na sequência das condições meteorológicas de extrema seca.

O deputado afirma que a situação de seca extrema está a ter consequências muito graves na economia da região e no modo de vida dos agricultores, "com milhares de animais a sofrer fome ao ponto de perderem a vida", situação que considera inaceitável.

Para minorar as consequências da seca, Paulo Casaca defende que sejam tomadas medidas em dois sentidos: por um lado, medidas destinadas a diminuir a pressão do efectivo pecuário na área sinistrada; por outro, medidas destinadas a aumentar a alimentação disponível para o gado daquelas áreas.

Já o deputado Capoulas Santos alerta para o facto de, a verificar-se nos próximos meses o prolongamento da situação de seca, a



necessidade de serem adoptadas medidas complementares apoiadas pela Comissão Europeia. Neste sentido, o deputado pede à Comissão maior atenção e celeridade quanto aos procedimentos necessários à concretização de um conjunto de medidas consubstanciadas em três eixos, a exemplo do que já aconteceu no passado recente. O primeiro deles, configura a autorização para o Governo

português conceder ajudas de Estado para apoiar os agricultores nas despesas extraordinárias de alimentação com o gado nas zonas afectadas. O segundo eixo refere-se à flexibilização temporária na aplicação de alguns critérios que condicionam o pagamento de certas ajudas da PAC nas regiões afectadas.

O último eixo, refere-se ao apoio suplementar ao custo de vacinação de todo o efectivo nacional de pequenos ruminantes contra a "doença da língua azul", para lá do pagamento das vacinas já previsto, dado que a movimentação de animais, por razões de ordem sanitária, está a agravar seriamente os problemas de alimentação decorrentes da seca.